

Terra Viva implanta SAFs em assentamento na Mata Atlântica

O Projeto Sistemas Sustentáveis de Produção Agrícola e Preservação Ambiental em Áreas de Reforma Agrária, desenvolvido no Assentamento Riacho das Ostras, em Prado (BA), é mais uma das experiências apoiadas pelo PDA para implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) em áreas degradadas da Mata Atlântica. O Projeto é coordenado pela Terra Viva, uma organização não-governamental da região.

No Assentamento, com 140 hectares (ha), vivem 85 famílias de parceiros e

da Mata Atlântica. Atualmente, os SAFs se estendem pelos 140 hectares do Assentamento. Até o momento, os viveiros construídos em regime de mutirão já produziram cerca de 40 mil mudas das mais variadas espécies.

Antônio lembra que três anos é um tempo curto para comprovação de resultados positivos, mas ele destaca que no planejamento participativo de 98/99, pela primeira vez, a preservação ambiental foi incluída como componente de desenvolvimento para alcançar dois resultados importantes: primeiro, a demarcação de áreas de preservação e enriquecimento desses locais com espécies frutíferas e florestais; segundo, o uso do fogo sob controle, evitando atingir áreas de mata ou em recuperação.

"Essa preocupação é um indicador importante de evolução da relação homem-natureza. Isso pode ser comprovado com a verificação da área demarcada, o plantio de espécies florestais e a não ocorrência de queimadas acidentais. Além da substituição de 140 ha de sistemas de produção anuais (onde se trabalhava com baixa diversidade de espécies, exposição do solo e queimada anual) por SAFs, estamos lutando pela sustentabilidade crescente dos sistemas: garantindo a diversificação das espécies, a maior proteção do solo com cobertura morta ou viva, e a introdução de espécies adubadeiras que proporcionem a ciclagem de nutrientes nos SAFs."

Esperança - Mas o maior ganho do Assentamento Riacho das Ostras, até o momento, é a possibilidade de construir o futuro: "As famílias haviam perdido a esperança, a degradação da terra impedia a produção de mandioca, os lotes eram vendidos, a associação de assentados estava falida, as escolas funcionavam precariamente e a maior parte da população adulta era analfabeta. Hoje, esse quadro mudou completamente. Contamos com a parceria de diversas instituições, entre elas a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e, além disso, o grupo de assentados tem um projeto de vida e trabalha para atingir seus objetivos."

EXPEDIENTE: Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho ; Secretário-Executivo, José Carlos Carvalho; Secretário de Coordenação da Amazônia, José Seixas Lourenço; Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), Luís Carlos Joels; Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), Rinaldo C. Mancin. Apoio: República Federal da Alemanha (KfW), União Européia, Rain Forest Trust Fund (RTF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/Projeto BRA/93/044), Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GTZ), e Banco do Brasil. Jornalista responsável: Raimunda Monteiro (Reg. Profissional 917/DRT/PA). Produção editorial e gráfica: Bonelli Com. Ambiental e Ecoturismo Ltda. Impressão: Prática Gráfica e Editora. PDA: Esplanada dos Ministérios, Bl. B, 9o. Andar, S/928, CEP 70100-900 - Brasília/DF. Tel.: (061) 317 1441 - Fax: (061) 317 1124 - E-mail: pda@mma.gov.br

SAFs e viveiro em Riacho das Ostras

Fotos: Melquíades Spinola

50 delas já adotaram os SAFs com a fruticultura (graviola, goiaba, pitanga, caju, coco e manga) e o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica.

O coordenador do Terra Viva, Antônio Barros de Assunção, informou que o trabalho se divide em ações educativas e no apoio técnico e logístico para a implantação dos SAFs: "As famílias receberam mudas, esterco e fosfato para aplicação em meio hectare, cada uma, e assumiram o compromisso de demarcar suas áreas de preservação permanente e plantar, aos poucos, espécies florestais. No primeiro ano do projeto, em 1996, foram implantados 21 ha de SAFs e plantadas 3 mil mudas de espécies florestais

Reunião do PPG-7

Representantes dos países que formam o Grupo dos 7 (G-7) vão avaliar o progresso dos projetos apoiados pelo PPG-7 nas florestas tropicais. A reunião acontecerá na primeira semana de abril, em Paris



(França), onde o Brasil será representado por técnicos do Ministério do Meio Ambiente.

Monitorias

A equipe técnica do PDA completa, neste semestre, o primeiro ciclo de visitas aos subprojetos que ainda não foram monitorados. Na primeira quinzena de abril, serão visitados subprojetos da região norte do Pará e do Amapá, que desenvolvem sistemas agroflorestais (SAFs). Na segunda quinzena de maio, será a vez dos subprojetos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

PDB

O PDA começa, neste ano, o processo de preparação de um novo componente de Projetos Demonstrativos, denominado PDB, que estará voltado ao teste de modelos sustentáveis, em escalas regionais,

nos municípios. O objetivo é buscar o desenvolvimento de soluções para problemas ambientais mais abrangentes. Pretende-se, nos Projetos Demonstrativos Regionais (PDB), a partir das lições aprendidas pelo PDA, delinear ações conjuntas entre o governo e a sociedade civil, de caráter mais estrutural, dentro das áreas que já recebem investimentos de outros programas do PPG-7.

Fotos: Arquivo PDA

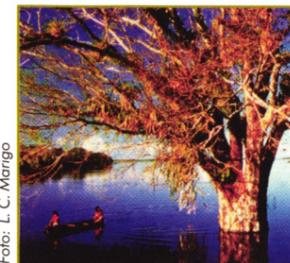


Foto: L. C. Marigo

PDA informa

Boletim bimestral
nº 04 - ano 2
janeiro/fevereiro - 1999
PPG-7

SUBPROGRAMA PROJETOS DEMONSTRATIVOS (PDA)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA (MMA/SCA)

EDITORIAL

A principal missão do PDA é incentivar projetos demonstrativos que possam ser referências de uso sustentável dos recursos naturais. O sucesso dessas iniciativas deve ser multiplicado nas políticas públicas, visando sua continuidade ao final do apoio do Subprograma. Em 1998, o PDA elevou para 120 as propostas aprovadas, alcançando 96 subprojetos na Amazônia Legal e 24 na Mata Atlântica. O valor comprometido subiu para US\$16,7 milhões.

No ano passado, o desempenho dos subprojetos foi avaliado em três Oficinas de Intercâmbio de Experiências na Amazônia e em um encontro da Mata Atlântica. Duzentas pessoas participaram dos eventos, sendo 84 executores, 115 representantes de organizações de assessoria e de base, e 21 representantes de programas e órgãos governamentais que poderão se tornar parceiros na implementação do PDA.

As Oficinas produziram uma pauta de propostas que serão negociadas neste ano, visando novos investimentos para fortalecer esses projetos. Será buscado apoio junto ao Pronaf, Banco da Amazônia, Sebrae, Embrapa, Banco do Nordeste, governos estaduais, universidades, setor privado, entre outras instituições.

Os subprojetos necessitam de pesquisas para viabilizar os sistemas agroflorestais, apoio técnico e financeiro para a transformação de frutos em óleos, infra-estrutura local, estratégias de mercado, assistência técnica qualificada para projetos de desenvolvimento sustentável, e novos investimentos em máquinas e equipamentos adaptados aos projetos econômicos de pequenos produtores.

A contribuição para a conservação ambiental e para a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades pode ser observada em vários subprojetos. Com base nesse diagnóstico, o PDA desenvolverá, em 1999, um conjunto de estudos e articulações com vistas a demonstrar que essas iniciativas merecem ser apoiadas em políticas públicas mais amplas.

Novos subprojetos são aprovados pela CE

A Comissão Executiva (CE) do PDA aprovou, durante a 13ª reunião realizada em novembro, em Brasília, 13 propostas apresentadas por organizações não-governamentais e governamentais da Amazônia Legal e da Mata Atlântica. A 14ª reunião da Comissão acontecerá, no próximo mês de abril, em São Paulo. Foram aprovados os subprojetos: Amazônia - Projeto de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Nova União (Coop. Agropecuária Mista de Nova União/Coopatinu/RO), Consórcio de Urucum para Espécies Madeiras de Valor Comercial e Apicultura (Coop. de Produtores Rurais da Região do Apiau/CEPRRA/Mucajá/RR), Manejo Sustentável de Ervas Medicinais (Assoc. dos Produtores de Plantas Medicinais/Vilhena/RO), Programa de Fortalecimento da Reserva Municipal do Município de Silves (Assoc. de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural/Aspac/AM), Manejo Comunitário de Queimadas para a Redução de Fogos Acidentais em Áreas de Pequenos Produtores (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/IPAM/Paragominas/

PA), Projeto Agroflorestal Yanomami (Comissão Pró-Yanomami/Barcelos/AM), Iniciativas Econômicas Comunitárias - Piscicultura e Sistema Agroflorestal (Colônia de Pescadores Z-40 de Aranaí/Cachoeira de Arari/PA), Utilização Racional do Extrativismo do Babaçu Consorciado com Fruteiras Tropicais e Espécies (Coop. dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Viana/MA), Piscicultura, Reflorestamento e Proteção de Nascentes e Igarapés (Assoc. de Produtores Rurais da Vicinal 18/São Luís do Anauá/RR), Recuperação e Aproveitamento de Áreas Alteradas Através do Plantio de Leguminosas (Assoc. dos Pequenos Produtores Rurais de Uruará/PA), e Sistemas Agroextrativistas: Consórcio de Culturas de Subsistência com a Palmeira do Babaçu (Assoc. em Áreas de Assentamento/Pedreiras/MA). Mata Atlântica - Projeto Abraço Verde: Módulos Agroflorestais no Manejo e Conservação de Fragmentos de Mata Atlântica (Instituto de Pesquisas Ecológicas/Pontal do Paranapanema/SP) e Projeto Papa-Mel: Recuperação da Mata Atlântica e Processos Integrados (Prefeitura Municipal de Rolante/RS).



Foto: Juan Pratinestós

Manejo de lagos (à direita) e SAFs (no alto) foram temas das Oficinas
Pág. 03



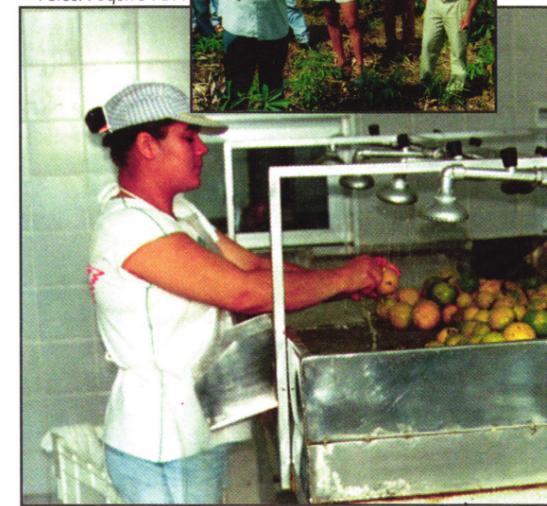
Vários projetos na Amazônia produzem e embalam mel e doces, como o de buriti



Oficinas de Intercâmbio revelam lições coletivas

Muitas lições aprendidas e acertos registrados pelas entidades que desenvolvem subprojetos apoiados pelo PDA foram avaliadas durante as Oficinas de Intercâmbio de Experiências, durante o segundo semestre de 1998. Realizadas em Rio Branco (AC), Belém e Santarém (PA), as três oficinas reuniram entidades que desenvolvem subprojetos de sistemas agroflorestais (SAFs) e manejo de recursos aquáticos. Participaram das atividades representantes de 59 subprojetos de SAFs da Amazônia Legal e oito de manejo de recursos aquáticos dos estados do Amapá, Pará, Amazonas e São Paulo.

Fotos: Arquivo PDA



Fotos: Arquivo PDA

Prestando Contas

Neste informativo vamos tirar algumas dúvidas sobre o Contrato de Doação celebrado entre os beneficiários e o Banco do Brasil. Todo contrato tem por objetivo expressar de forma clara e precisa um acordo firmado entre as partes. Nele constam informações básicas sobre seu objetivo principal, o prazo, o valor e a forma de pagamento, as obrigações de cada um dos contratantes, entre outros pontos que devem ficar bem claros.

No nosso Contrato de Doação também temos essas informações. São 15 cláusulas que dispõem sobre a forma de execução do projeto, a forma de liberação e suspensão de recursos pelo banco, as normas e procedimentos adotados para a comprovação de gastos, licitações, o prazo de validade do contrato, as obrigações dos beneficiários, entre outras questões.

É importante que o Contrato de Doação seja entendido, porque o mesmo possui validade jurídica. Se houver algum problema de execução do projeto, o Banco do Brasil poderá até cancelar o Contrato, informando ao Cartório de Títulos e Documentação da comarca do beneficiário para cobrar a pronta devolução de todos os recursos recebidos, corrigidos monetariamente.

A 12ª cláusula trata do prazo de encerramento do Contrato, que poderá ser prorrogado mediante a solicitação, por escrito, do beneficiário. Se for este o caso do seu subprojeto, leia com atenção essa cláusula e envie uma correspondência à Secretaria Técnica do PDA, solicitando a prorrogação.

Preste muita atenção na execução de seu projeto e na leitura do Contrato de Doação firmado, a fim de evitar maiores problemas no futuro.

Gert W. Antonius Jr.
Assessor Financeiro

Normas para refinanciamento

As normas para o refinanciamento de subprojetos já estão em vigor. Para solicitar esses recursos, os subprojetos devem ter completado o período previsto de, no máximo, três anos de execução, e apresentar bons índices de sucesso: metas atingidas, boa gestão dos recursos econômicos, bom envolvimento de seus beneficiários nas atividades, integração com outras instituições governamentais da região para a execução de ações complementares (criação de infra-estrutura local, transportes, energia e acesso aos mercados regionais). O subprojeto deve mostrar que é auto-sustentável.

O refinanciamento não é a liberação de recursos adicionais para a mesma entidade que já tenha esgotado sua cota em outro subprojeto. É um financiamento adicional ou complementar de um subprojeto para dar continuidade a uma experiência promissora, consolidando o trabalho em andamento.

Dois pontos devem ser analisados antes da solicitação do refinanciamento: em caso de subprojetos com fins econômicos, a primeira fase deve ter mostrado um potencial de sustentabilidade ambiental, socioeconômica e de aceitação dos produtos nos mercados local, nacional e internacional. Nesse caso, é necessária a apresentação de contrapartida de 50% do valor total do projeto, em dinheiro, obtido por linhas de crédito comerciais ou de recursos próprios. Além disso, a entidade responsável deve apresentar um planejamento estratégico com definição precisa de resultados e ter como objetivo a ampliação da experiência para outras comunidades.

As Oficinas de Intercâmbio de Experiências promovidas pelo PDA têm um caráter essencialmente pedagógico e permitem que os técnicos e convidados troquem informações diretamente com os executores locais dos subprojetos apoiados pelo PDA. As visitas às áreas de SAFs e de manejo de recursos aquáticos completam as atividades teóricas e mostram os resultados práticos dos trabalhos desenvolvidos.

Segundo a equipe técnica do PDA, a maioria dos subprojetos está contribuindo para uma nova mentalidade na relação dos agricultores com a natureza. Além dos acertos e lições positivas apontadas pelos participantes, foram indicadas as dificuldades comuns a todas as regiões: falta pesquisa que atenda aos objetivos dos subprojetos, o acesso ao crédito ainda é limitado, os procedimentos necessários para a apresentação de projetos são considerados complicados, o intercâmbio de experiências é insuficiente, e faltam informações sobre as condições dos mercados potencialmente consumidores dos produtos agroflorestais e do pescado.

dos, o intercâmbio de experiências é insuficiente, e faltam informações sobre as condições dos mercados potencialmente consumidores dos produtos agroflorestais e do pescado.

Visitas - Durante a oficina realizada em Belém (PA), os participantes visitaram os SAFs da Comunidade de Camurituba, no município de Abaetetuba, e em Ourém (PA) conheceram a Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guamá (Comag), onde é feito o beneficiamento de frutas (fotos à direita). Em Santarém também foi visitada a Comunidade de Tinguá (fotos abaixo), onde o Conselho de Pesca é responsável, com mais seis comunidades, pelo acordo de pesca regional. Esse acordo é reconhecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e já está garantindo o volume adequado de peixes nos lagos da região.

Os acertos dos projetos

Entre os principais acertos, os participantes das oficinas de SAFs e de manejo de recursos aquáticos destacam os que podem ser medidos concretamente e afetam diretamente todos os executores locais dos subprojetos: motivação diante da possibilidade de melhoria da renda familiar, preservação de riachos, brejos e lagos, redução das queimadas, e utilização dos frutos que antes eram desperdiçados.

Quanto à comercialização dos SAFs, o registro e a certificação de produtos, a participação em feiras e a garantia de venda para merenda escolar foram apontados como importantes avanços dos subprojetos. Já estão

sendo beneficiados e comercializados o cupuaçu, bacuri, cajá, açaí, castanhas (de caju e do Brasil), caju, banana, acerola, manga, buriti, bacaba e farinha de banana.

Recursos aquáticos - Desde o início da implantação dos subprojetos, foi registrado o aumento do defeso dos peixes e da piracema, o uso controlado das espécies, e o total aproveitamento do pescado devido aos cursos de capacitação em beneficiamento. A fiscalização dos lagos e mananciais tem sido uma iniciativa das próprias comunidades, que também adotaram o reflorestamento das margens dos lagos e igarapés.

As lições aprendidas

Sistemas agroflorestais

- É importante valorizar as diferentes formas de conhecimento na elaboração dos projetos;
- os agricultores podem atuar como técnicos, pesquisadores e empresários nas realidades locais;
- o plantio diversificado favorece o aproveitamento da mão-de-obra familiar, reduz o risco e pode dar maior rendimento financeiro;
- a pesquisa de mercado é indispensável; e
- é fundamental organizar os setores de produção, comercialização e administração.

Manejo de recursos aquáticos

- Parcerias entre comunidade, ONGs e órgãos públicos são fundamentais;
- a comunidade deve participar;
- é preciso abrir novos mercados;
- as experiências práticas indicam as diretrizes futuras;
- a capacitação e a assistência técnica devem receber maior atenção;
- as organizações estão amadurecidas;
- dinheiro e equipamentos não são um fim em si, mas um meio para alcançar os objetivos comuns; e
- é possível explorar os recursos aquáticos sem destruí-los.

Foto: Juan Pratginestós

